

PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/2026

Data de Abertura: 05/03/2026 às 09:00
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: BNC – Bolsa Nacional de Compras através de: <https://bnc.org.br>.
Fone /WhatsApp: (42) 3026 4550 - Ponta Grossa - PR. E-mail: contato@bnc.org.br

Objeto:

Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza e higiene, com entrega parcelada, para atender as necessidades das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Inajá, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos

Valor Total Estimado

R\$ 971.198,50 (Novecentos e setenta e um mil cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de Disputa	Critério de Julgamento
SIM	NÃO	Aberto	Menor Preço Por Item

Documentos de habilitação

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	COTA EXCLUSIVA ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	SIM	NÃO	NÃO

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 2 horas após a convocação realizada pela pregoeira

Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações
Até 00/00/2026 para o ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br .	Até 00/00/2026 ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br .

Observações Gerais

A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o **INTERVALO MÍNIMO de R\$ 0,01 (um centavo)**, nos termos e condições estabelecidas neste edital.

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE INAJÁ/PE**, com sede à Rua Padre Agostinho Bohlen, SN – Centro – Inajá/PE – CEP 56.560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 31.036.625/0001-37, por meio do(a) Setor de Contratações, sediado(a) Rua Cícero Torres, nº 118, Centro, deste município, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/02/2026, às 08:00 horas	
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/03/2026, às 08:00 horas	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/03/2026, às 08:00 horas.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 05/03/2026 às 09:00 horas	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br	
Dados para contato	
Pregoeira: TATIANA SILVA DE OLIVEIRA	Email: licitacaoinaja@gmail.com
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF.</u>	
<i>OBSERVAÇÃO: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</i>	

1. DO OBJETO

- 1.1 Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza e higiene, com entrega parcelada, para atender as necessidades das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Inajá, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 1.2 A licitação será realizada em vários itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que tiver interesse em participar.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitados no Edital, e através do Banco Nacional de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário e limite estabelecidos.
- 3.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao sistema da “Bolsa Nacional de Compras” (<http://bnc.org.br/>), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Inajá/PE, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

- 3.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.7 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.8 Poderão participar deste Pregão, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 3.9 **Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125 a licitação tem participação exclusiva de ME/EPP/MEI, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.**
- 3.10 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.11 Não poderão disputar esta licitação:
- 3.11.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.11.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.11.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.11.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.11.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.11.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.11.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.11.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.11.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.11.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.12 O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.13A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.12 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.14 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.15 O disposto nos itens 3.11.12 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.17 A vedação de que trata o item 3.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 4.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1 Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 4.5.2 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 Os proponentes deverão apresentar proposta de preços contendo:

5.1.1 Objeto, em descrição sucinta e clara;

5.1.2 Planilha de Quantitativos, Especificações e Preços;

5.1.3 Preços unitários e totais em moeda corrente nacional, em algarismo com duas casas decimais após a vírgula;

5.1.4 Marcas dos produtos ofertados;

5.1.5 Garantia, quando for o caso;

5.1.6 Condições de pagamento;

5.1.7 Declaração de que no preço ofertado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado, até a sua entrega definitiva;

5.1.8 Prazo de validade da proposta, mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da apresentação da proposta;

5.1.9 Assinatura do proponente.

5.1.10 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.1.11 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 5.1.12 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.1.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.1.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.1.15 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.1.16 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.1.17 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Inajá e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 6.14 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.15 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.16 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.19 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.25.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.25.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.25.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.25.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.26.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.26.2 Empresas brasileiras;
- 6.26.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.26.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.28 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



- 6.29A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.30O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.31A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.
- 6.32É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.33Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.5 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Termo de Referência.
- 7.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.9.1 Conter vícios insanáveis;
- 7.9.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.9.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para todos os itens que compõe o lote para a contratação;
- 7.9.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.9.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.10A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
- 7.10.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.10.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 7.11 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.14 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.15 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.16 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.5 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10 A habilitação será verificada nos documentos por meio dos documentos exigidos neste Edital.
- 8.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.12 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 8.13 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.14 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.16 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.17 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.18 Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste Edital para envio da documentação de habilitação.
- 8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.22 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 9.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 9.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4 O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.5 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.6 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

- 10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original;
- 10.2Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.3A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.4Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.5A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.5.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.5.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.6Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.6.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.6.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.4A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.5O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
- 11.6O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.7Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.8Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.9O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.11 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacaoinaja@gmail.com.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.3.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.3.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.3.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.3.4 Deixar de apresentar amostra;
 - 12.3.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.5 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.7 Fraudar a licitação;
- 12.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.8.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.8.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.8.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.8.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.8.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.9 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.9.1 advertência;
 - 12.9.2 multa;
 - 12.9.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 12.9.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.10 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.10.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.10.2 As peculiaridades do caso concreto.
 - 12.10.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 12.10.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 12.10.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - 12.10.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.10.7 Para as infrações previstas nos itens 12.1, 12.3 e 12.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 12.10.8 Para as infrações previstas nos itens 12.5, 12.6, 12.7, 12.8.4 e 12.8.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
 - 12.10.9 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
 - 12.10.10 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



- 12.10.11 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1, 12.3 e 12.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.10.12 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.5, 12.6, 12.7, 12.8.4 e 12.8.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1, 12.3 e 12.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.10.13 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10.14 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.10.15 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.10.16 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.10.17 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.10.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.10.19 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no respectivo instrumento.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacaoinaja@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Rua Cícero Torres, 118 – Centro – Inajá/PE (Prédio Sede do Setor de Licitações).
- 13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico www.gov.br/compras, Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC: <https://bnc.org.br>, Portal da Transparência do Município e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Cícero Torres, 118 – Centro – Inajá/PE (Prédio Sede do Setor de Licitações) ou pelo e-mail licitacaoinaja@gmail.com, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1 ANEXO I - Termo de Referência;
 - 14.11.2 ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato;
 - 14.11.3 ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 14.11.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;
 - 14.11.5 ANEXO IV – Modelo de Declarações.

Inajá, 11 de Janeiro de 2026

Iane Maria da Silva
Secretária de Educação

Ana Kariny Araújo Rodrigues Cabral
Secretária de Assistência Social

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para aquisição de material de limpeza e higiene, com entrega parcelada, para atender as necessidades das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Inajá/PE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	COTA
1	ÁCIDO MURIÁTICO - Ácido muriático- (ácido clorídrico) líquido, de alta concentração, destinado à limpeza e desinfecção de superfícies em ambientes industriais, comerciais e sanitários. Composição: À clorídrico (HCl) com concentração de 30% 37%. Volume de 1L. Embalagem: Recipiente plástico resistente a produtos químicos, com tampa segura para evitar vazamento	LITRO	100	9,42	942,00	Exclusivo ME/EPP
2	ÁGUA SANITÁRIA - Água Sanitária Aplicação Lavagem de Roupas e Banheiros, Embalagem de 1L	LITRO	3000	3,30	9.900,00	Exclusivo ME/EPP
3	ÁLCOOL ETÍLICO - Álcool Etílico com teor entre 70%, acondicionado garrafa 1L	LITRO	2000	11,01	22.020,00	Exclusivo ME/EPP
4	ALCOOL EM GEL - Alcool gel - gel à base de alcool para higienização, a 70% com ação antiséptica, sem enxagua. Composição: álcool etílico polímero, carboxílico neutralizante, umectante, conservante quelante e água deionizada. Prazo de validade: 24 meses a partir da data de fabricação. Embalagem 500ml	UND	40	9,87	394,80	Exclusivo ME/EPP
5	ALGODÃO EM BOLA - composto por fibras naturais, 100% hidrófilo, macio, absorvente em embalagem mínima de 100g; data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Pacote 100g	PCT	100	8,12	812,00	Exclusivo ME/EPP
6	AROMATIZADOR DE AMBIENTE - Aromatizador de ambiente, embalagem spray de 360 ml	UND	100	18,85	1.885,00	Exclusivo ME/EPP
7	AVENTAL TAMANHO G - Avental plástico confeccionado em lona costurado em linha 100% algodão com regulagem em tiras TAM G.	UND	60	22,80	1.368,00	Exclusivo ME/EPP
8	BACIA 11L - Bacia material plástico, capacidade 11L	UNID	40	14,80	592,00	Exclusivo ME/EPP
9	BACIA 50L - Bacia material plástico, capacidade 50L	UNID	40	43,04	1.721,60	Exclusivo ME/EPP
10	BACIA 100L - Bacia em material plástico, resistente, capacidade 100 litros	UNID	40	70,69	2.827,60	Exclusivo ME/EPP
11	BACIA EM MATERIAL PLÁSTICO, resistente, capacidade 20 litros.	UND	40	23,70	948,00	Exclusivo ME/EPP
12	BALDE 20L - Balde de plástico resistente, capacidade 20L	UNID	20	30,26	605,20	Exclusivo ME/EPP
13	BALDE 15L - Balde para uso geral de polipropileno com capacidade de 15 litros, alça metálica e bordas reforçada, cores variadas	UNID	20	22,98	459,60	Exclusivo ME/EPP
14	BICARBONATO DE SÓDIO - Bicarbonato de Sódio - pacote com 500g	PCT	100	13,98	1.398,00	Exclusivo ME/EPP
15	BICO DE MAMADEIRA - Bico de mamadeira, com formato anatômico, desenvolvido em silicone macio e flexível, transparente, inodoro e de fácil limpeza. Tamanho	UND	10	9,98	99,80	Exclusivo ME/EPP
16	BOBINA DE SACO PICOTADO 35X30 - Bobina de saco plástico picotada, para alimentos, de boa qualidade que atenda as	ROLO	30	30,13	903,90	Exclusivo ME/EPP

	necessidade do setor de merenda, material virgem, dimensões 35x30 cm, capacidade de 5kg, com mínimo por bobina de 2.600kg, 500 unidade de sacos plásticos cada					
17	BOBINA DE SACO PICOTADO 30X40 - Bobina picotada de 4kg, 30x40 M - saco plástico, produzidos em polietileno, atóxico, inodoro e incolor, para conservação de alimentos e embalagem de pequenas peças	ROLO	30	24,35	730,50	Exclusivo ME/EPP
18	BORRIFADOR 500ML - Borrifador manual com pico dosador e capacidade para 500ml	UNID	60	12,79	767,40	Exclusivo ME/EPP
19	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS 24L - Caixa com tampa e travas, que mantém seus objetos seguros dentro do organizados, possui alças para facilitar o transporte, possibilita organização e armazenamento de item pequenos e médios, economiza espaço, alta durabilidade e resistência, material atóxico. Tamanho 24 litros.	UNID	40	86,40	3.456,00	Exclusivo ME/EPP
20	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS 13,50L - Caixa plástica, comprimento: 40x27x13cm, transparente com tampa e trava, tipo caixa organizadora, capacidade 13,50L	UNID	20	47,24	944,80	Exclusivo ME/EPP
21	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS 20L - Caixa plástica, comprimento: 487x331x196mm, transparente com tampa e trava, tipo caixa organizadora, capacidade 20L	UNID	1000	60,78	60.780,00	Exclusivo ME/EPP
22	CISCADOR - Ciscador manual de alta resistência, ideal para capinação, remoção de ervas daninhas e revolvimento do solo em jardins, hortas e pequenos cultivos. Material da Lâmina: A lâmina deve ser fabricada em aço carbono de alta resistência ou aço inox, com tratamento térmico para garantir durabilidade, resistência ao desgaste e boa capacidade de corte. Formato da Lâmina: Lâmina reta, curvada. Cabo 120cm e 22D.	UNID	20	24,67	493,40	Exclusivo ME/EPP
23	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - Colher descartável para refeição - pacote com 50 unidade	PCT	1000	6,23	6.230,00	Exclusivo ME/EPP
24	COLHER DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - Colher Descartável para sobremesa pacote com 50 und	PCT	1000	4,89	4.890,00	Exclusivo ME/EPP
25	COLÔNIA INFANTIL - Colônia infantil, dermatologicamente testado, possui fragrância suave e delicada, formulado pra minimizar riscos de reação alérgica, sem parabeno e ph balanceado, recipiente contendo 200ml	UNID	350	28,97	10.139,50	Exclusivo ME/EPP
26	CONDICIONADOR INFANTIL - indicado para enxaguar todos os tipos de cabelos, proporcionando brilho e maciez. Clinicamente testado, ph balanceado, não possui álcool, não irrita os olhos; dermatologicamente testado; embalagem: frasco plástico. Conteúdo mínimo de 400ml. Embalagem contendo dados de identificação do produto (marca, prazo de validade, registro na anvisa/ministério da saúde) embalagem plástica resistente com cores atrativas	UNID	50	18,07	903,50	Exclusivo ME/EPP
27	Hastes Flexíveis Dupla Face, embalagem com 75 unidades	CX	150	5,66	849,00	Exclusivo ME/EPP
28	COPO DESCARTÁVEL 180ML - Copo Descartável, Material Poliestireno, Capacidade 180ml. Aplicação: Água, Suco. Pacotes com 100 unid.	PCT	6000	5,72	34.320,00	Exclusivo ME/EPP
29	COPO DESCARTÁVEL 50ML - Copo Descartável, Material Poliestileno, Capacidade 50ml Aplicação: Café. Pacote com 100 Unidades.	PCT	1400	3,75	5.250,00	Exclusivo ME/EPP

30	CORDA DE NYLON 10M - Corda de nylon (nylon) para varal, pacote com 10 metros	PCT COM 10M	10	8,78	87,80	Exclusivo ME/EPP
31	CREME DENTAL INFANTIL - Com flúor; Embalagem em caixa individual com peso líquido no mínimo de 90g; Composição mínima de 1.100 PPM; Sabores sugeridos: tutti frutti, morango, Uva; Com aroma do sabor; - Ambos produtos devem conter registro na Anvisa/Ministério da Saúde	UNID	3350	8,62	28.877,00	Exclusivo ME/EPP
32	CREME PARA PENTEAR CABELO INFANTIL - embalagem com 300ml - sem enxague; para todos os tipos de cabelo; dermatologicamente testado; embalagem contendo dados de identificação do produto (marca, prazo de validade, registro na anvisa/ministério da saúde). Embalagem plástica resistente com cores atrativas	UNID	450	15,03	6.763,50	Exclusivo ME/EPP
33	DESENTUPIDOR DE PIA - Desentupidor de pia, base de borracha, cabo em madeira	UNID	20	6,30	126,00	Exclusivo ME/EPP
34	DESINFETANTE 500ML - Desinfetante composição do produto: ingrediente ativo, conservante, emulsificante, sequestrante, corretores de PH, solvente, óleo de pinho, corante, fragrância e veículo. Componente ativo: 0,09% de o-benzil p-clorofenol. 500ml	FRASCO	200	6,64	1.328,00	Exclusivo ME/EPP
35	DESINFETANTE 5L - Desinfetante de uso geral composição: cloreto de alquil amido propildimetilbenzil amônio, cloreto de didecildmetil amônio: 0,46%, tenso ativo não iônico, fragrância, corante, água, embalagem plástica de 5L	GALÃO 5L	1160	16,58	19.232,80	Exclusivo ME/EPP
36	DETERGENTE 500ML - Detergente líquido neutro, em frascos de 500ml, tensoativos aniônico, sequestrantes, conservantes, espessantes, coadjuvante, corante, fragrância e água. Componente ativo linear alquil benzeno sulfonato de sódio contendo tenso ativo biodegradável	FRASCO	11000	3,10	34.100,00	Exclusivo ME/EPP
37	DISPENSER PARA SABONETE 800ML - Dispenser para sabonete líquido 800ml - para fixação em parede (acompanhado de bucha e parafuso); confeccionado em material plástico na cor branca; armazenamento em reservatório	UNID	10	30,67	306,70	Exclusivo ME/EPP
38	ESCOVA DE DENTES INFANTIL - Com cerdas de nylon macias, com 04 (quatro) fileiras de tufo, com no mínimo 28 tufo de cerdas aparadas e arredondadas uniformemente na mesma altura, com feixes de cerdas homogêneas; escova compacta; cores sortidas; cabo anatômico anatômico e emborrachado facilitando a empunhadura, medindo aproximadamente 15 cm a 18cm de comprimento; Deve possuir caixa plástica para proteção das cerdas; Possuir dados de identificação do produto, marca do fabricante impressas no corpo do produto	UNID	3250	14,32	46.540,00	Exclusivo ME/EPP
39	ESCOVA DE LIMPEZA PARA MAMADEIRAS 18CM - Escova limpeza mamadeiras, material corpo polietileno, material cerdas nylon, características adicionais cabo reforçado, atóxica e reutilizável, comprimento 18 cm, aplicação higienização/ limpeza interna de mamadeiras	UNID	30	15,60	468,00	Exclusivo ME/EPP
40	ESCOVA PARA BANHEIRO - Escova para banheiro - com suporte e, com cerdas de nylon, cabo plástico utilizado para limpeza de vasos, medindo 30cm, na cor branca	UNID	60	16,08	964,80	Exclusivo ME/EPP
41	ESCOVA DE USO GERAL - Escova para limpeza geral - oval, base de madeira com cerdas nylon, sem alça. Comprimento 15,5cm, Largura 7cm. Indicação de uso. Limpeza pesada	UNID	100	4,66	466,00	Exclusivo ME/EPP

42	ESPANADOR DE PENA 50CM - Espanador de pena para limpeza de bancadas e escritórios. De 50cm.	UNID	40	23,27	930,80	Exclusivo ME/EPP
43	ESPONJA DE AÇO - Esponja de aço composto de aço carbono, Acondicionado em Fardo com 14 Pacotes com 8 unidades em cada .	FARDO	1000	50,70	50.700,00	Exclusivo ME/EPP
44	ESPONJA DUPLA FACE - Esponja Para Louça Dupla Face, Sendo Uma Face em Fibra Sintética e a Outra em Espuma, medindo Aprox. 110 x 75 x 20 mm, Não Tóxica. Embalagem com 5 unidades	PCT	1300	6,14	7.982,00	Exclusivo ME/EPP
45	FACA DESCARTÁVEL - Faca Descartável, refeição - pacote com 50 unidades	PCT	1000	6,22	6.220,00	Exclusivo ME/EPP
46	FLANELA 100% ALGODÃO - Flanela, 100% Algodão, 60x40 cm na cor vermelha	UNID	1300	6,23	8.099,00	Exclusivo ME/EPP
47	FÓSFORO - Fósforo confeccionado em madeira de 1ª qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6cm de comprimento total, acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos. Reembalados em pacotes com 10 caixas, de forma a garantir a integridade do produto até seu uso	MAÇO	300	4,59	1.377,00	Exclusivo ME/EPP
48	GAFO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - Garfo Descartável, refeição - pacote com 50 unidade	PCT	1000	5,90	5.900,00	Exclusivo ME/EPP
49	GARFO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - Garfos Descartável para sobremesa, pct com 50 und	PCT	1000	4,56	4.560,00	Exclusivo ME/EPP
50	GUARDANAPO DE PAPEL - Guardanapos de papal, branco, medindo 33x30 cm , boa capacidade de absorção, sem furos, materiais estranhos ou sujidades, embalados com pacotes plásticos com 50 unidade	PCT	800	4,77	3.816,00	Exclusivo ME/EPP
51	INSETICIDA - Inseticida para matar todo tipo de insetos, embalagem spray 360 ml.	UNID.	450	17,95	8.077,50	Exclusivo ME/EPP
52	KIT DE LIMPEZA - balde dobro 30L, cabo telescópio 1,40, garra euro plástica, refil loop cinta 320g, placa sinalizadora "piso molhado"	KIT	40	927,78	37.111,20	Exclusivo ME/EPP
53	LAVADOR DE VIDRO - Lavador de vidro tipo rodo. Rodo Combinado Limpa Vidros 45 Cm. Com Cabo De 80cm.	UNID	20	57,96	1.159,20	Exclusivo ME/EPP
54	LENÇOS UMEDECIDOS - Lenços umedecidos, pactes com 100 unid	PCT	480	11,06	5.308,80	Exclusivo ME/EPP
55	LIMPA VIDROS - Limpa Vidros, Indicado Para Limpeza de vidros em geral. Embalagem de 500ml	FRASCO	100	15,75	1.575,00	Exclusivo ME/EPP
56	LIMPADOR MULTIUSO - Limpador Multiuso Comp. Frasco de 500ml	FRASCO	200	6,84	1.368,00	Exclusivo ME/EPP
57	LIXEIRA DE PLÁSTICO 100L - Lixeira de plástico com capacidade 100L, com pedal	UNID	30	254,15	7.624,50	Exclusivo ME/EPP
58	LIXEIRA DE PLÁSTICO 30L - Lixeira de plástico com capacidade 30L, SEM pedal , na cor preta	UNID	30	53,03	1.590,90	Exclusivo ME/EPP
59	LIXEIRA COM PEDAL 30L - Lixeira de plástico com capacidade 30L, COM pedal , na cor preta.	UNID	30	71,49	2.144,70	Exclusivo ME/EPP
60	LIXEIRA COM PEDAL 50L - Lixeira de plástico com capacidade 50L, COM pedal , na cor preta.	UNID	30	116,66	3.499,80	Exclusivo ME/EPP
61	LIXEIRA TELADA 9L - Lixeira Plástica, sem tampo, capacidade 9Lt , telada para papel	UNID	370	11,12	4.114,40	Exclusivo ME/EPP
62	LIXEIRA COM TAMPA 100L - Lixeira Plástica Fechada, Com Tampa , Material Resistente, Capacidade Para 100 Litros	UNID	40	85,72	3.428,80	Exclusivo ME/EPP

63	LIXEIRA SEM TAMPA 15L - Lixeira Plástica, Sem Tampa, Capacidade Para 15 Litros .	UNID	30	23,46	703,80	Exclusivo ME/EPP
64	LUSTRA MÓVEIS 200ML - Lustra Móveis, Fragrâncias Variadas 200ml	FRASCO	760	13,07	9.933,20	Exclusivo ME/EPP
65	LUVA DE VINIL SEM PÓ - Luva de vinil sem pó, caixa com 100 unidade, tamanho a ser definido no pedido	CAIXA	10	29,69	296,90	Exclusivo ME/EPP
66	LUVA PARA LIMPEZA G - Luva para limpeza - luvas sanitárias, confeccionada em pvc, tamanho G , impermeável, cano longo na cor azul	PAR	120	13,93	1.671,60	Exclusivo ME/EPP
67	LUVA PARA LIMPEZA M - Luva para limpeza - luvas sanitárias, confeccionada em pvc, tamanho M , impermeável, cano longo na cor azul	PAR	120	13,09	1.570,80	Exclusivo ME/EPP
68	LUVA PARA LIMPEZA P - Luva para limpeza - luvas sanitárias, confeccionada em pvc, tamanho P , impermeável, cano longo na cor azul	PAR	120	13,06	1.567,20	Exclusivo ME/EPP
69	MAMADEIRA, TIPO CHUCA 80ML - Mamadeira em polipropileno resistente, tipo chuca, transparente, sem decoração, para uso em autoclave, tampa em polipropileno, bico ortodôntico autoclavável, graduada, capacidade de 80 ml	UNID	10	17,87	178,70	Exclusivo ME/EPP
70	MANGUEIRA PVC 50M - <u>Mangueira com 50m de comprimento</u> com 3 camadas distintas: a camada interna em PVC, a intermediária em poliéster trançado e a externa em PVC	UNID	10	193,35	1.933,50	Exclusivo ME/EPP
71	MÁSCARAS - Máscaras cirúrgicas em tecido tipo TNT de algodão, contendo 3 camadas e medidas padrões para uso juvenil e adulto, preferencialmente na cor branca, caixa com 50 unidades	CAIXA	40	20,88	835,20	Exclusivo ME/EPP
72	MOP COMPLETO - Mop Pó Completo 80cm, com 01v cabo de alumínio dobrável, 01 armação MOP 580cm PP, 01 refil MOP pó sintético azul 80cm com rotação 360 graus	KIT	20	114,05	2.281,00	Exclusivo ME/EPP
73	MULTI INSETICIDA 420ML - Multi Inseto, mata barata, formiga, mosca, com 420ml	UNID	60	23,89	1.433,40	Exclusivo ME/EPP
74	PEDRA DE NAFTALINA 25G - Pedra Naftalina 25g, Composição: Naftaleno refinado. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade na embalagem. Embalagem: Pacote com 12 unidades	PCT	100	4,04	404,00	Exclusivo ME/EPP
75	PÁ DE LIXO METAL 60CM - Pá De Lixo De Metal Com Cabo de madeira 60cm. Comprimento x Altura x Largura 19 cm x 60 cm x 16 cm	UNID	100	12,41	1.241,00	Exclusivo ME/EPP
76	PÁ DE LIXO EM PLÁSTICO 80CM - Pá de lixo em plástico, cabo de madeira com 80cm e dimensões mínimas de 20x20cm	UNID	180	19,16	3.448,80	Exclusivo ME/EPP
77	PANO DE CHÃO - Pano de chão grande confeccionado em tecido cru, tipo sacaria branca de açúcar, lavado e alvejado, com largura mínima de 45cm (por face). Comprimento mínimo de 74 cm, largura mínima da costura interna 0,5cm	UNID	400	9,28	3.712,00	Exclusivo ME/EPP
78	PANO DE COPA - Pano de copa e cozinha de algodão, medindo 40x60cm, branca e sem estampa	UNID	1150	6,95	7.992,50	Exclusivo ME/EPP
79	PAPEL ALUMÍNIO - Papel Alumínio medindo, 45cm x 7.5m - espessura de 0,11 micras apresentado em rolo embalagem contendo código de barras do fabricante	UNID.	200	10,09	2.018,00	Exclusivo ME/EPP
80	PAPEL FILME - Papel filme, material PVC - cloreto de polivinila, comprimento 300m, largura 29cm, apresentação em rolo, aplicação doméstica	UNID	200	40,90	8.180,00	Exclusivo ME/EPP

81	PAPEL HIGIÊNICO - Papel higiênico de alta qualidade - folha dupla, picotado, somente na cor branca, medindo 30 cm x 10 cm sem perfume, composto de 100% de celulose embalagem com boa visibilidade do produto microbiológico (dentro da validade) portaria 1480 de 31y12y90. FARDO COM 16 PACOTES COM 4 ROLOS DE 60 METROS.	FARDO	1275	115,23	146.918,25	COTA PRINCIPAL 75% - AMPLA PARTICIPAÇÃO
82	PAPEL HIGIÊNICO - Papel higiênico de alta qualidade - folha dupla, picotado, somente na cor branca, medindo 30 cm x 10 cm sem perfume, composto de 100% de celulose embalagem com boa visibilidade do produto microbiológico (dentro da validade) portaria 1480 de 31y12y90. FARDO COM 16 PACOTES COM 4 ROLOS DE 60 METROS.	FARDO	425	115,23	48.972,75	COTA RESERVADA 25% - DIRECIONADO A ME/EPP
83	PAPEL TOALHA PICOTADO ROLO 60 FOLHAS - Papel Toalha Folha Dupla Picotada, Branca, Papel de primeira Qualidade, Tamanho 22,5 x 21,5 com 60 Folhas, Pacote com 2 Rolos	PC COM 02 ROLOS	400	8,45	3.380,00	Exclusivo ME/EPP
84	Pastilha de Banheiro Adesiva para vaso sanitário na fragrância lavanda. Cx com 3 unds	Cx	1000	4,18	4.180,00	Exclusivo ME/EPP
85	PENTE DE CABELO - Pente de cabelo, material de plástico, modelo sem cabo, dentes finos, tamanho grande, dentes próximos, finalidade: alisar os fios, dimensões 18cmx3mm	UNID	40	6,49	259,60	Exclusivo ME/EPP
86	POLIDOR DE ALUMÍNIO - Polidor para alumínio, liquido para alumínio e inox, composição: Tenso ativo não iônico, abrasivo, corante e aqua. Frasco contendo 500 ml com data de fabricação/ validade e registro do químico responsável.	UNID	3000	5,57	16.710,00	Exclusivo ME/EPP
87	POMADA DE ASSADURAS 60GR - Pomada para preservação de assaduras, produto deverá apresentar fórmula que proteja o bebê das assaduras, mantendo a hidratação natural da pele, através do estabelecimento de uma barreira mecânica entre a pele do bebê, a urina e as fezes, evitando que estas entrem em contato com a pele, causando assaduras. o produto deverá possuir cheiro agradável e ser fácil de espalhar e de remover. embalagem contendo no mínimo 60 gr. produto deverá ser dermatologicamente testado	UNID	180	24,23	4.361,40	Exclusivo ME/EPP
88	PORTA COPOS - Porta-copo com base e tampa superior removível construídos em chapa de aço inoxidável e corpo em aço inoxidável ou acetato, capacidade para 100 copos descartáveis de 180ml	UNID	20	84,74	1.694,80	Exclusivo ME/EPP
89	PRATO DESCARTÁVEL FUNDO - Prato descartável fundo, 12cm. Pacote com 10 unidades	PCT	700	3,99	2.793,00	Exclusivo ME/EPP
90	PRATO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - Pratos descartáveis para sobremesa grande, cor branco, tipo raso, capacidade: 150 mm, diâmetro: 150. Pacotes com 10 und.	PCT	700	4,48	3.136,00	Exclusivo ME/EPP
91	PRATO DE REFEIÇÃO DESCARTÁVEL 20CM - Pratos descartável, 20cm. Pacote com 10 unidades	PCT	1800	3,69	6.642,00	Exclusivo ME/EPP
92	PRENDEDOR DE ROUPA - Prendedor de roupa de madeira, cartela com 12 unidades	PCT	10	3,96	39,60	Exclusivo ME/EPP
93	REFIL MOP COM CINTA - Refil Loop com cinta 320g, para uso no MOP esfregao lava e seca	UND	4	39,52	158,08	Exclusivo ME/EPP
94	REFIL MOP PÓ COM ROTAÇÃO - Refil MOP po sintetico azul 80cm com rotação 360 graus, para no MOP de po acima	UND	4	49,73	198,92	Exclusivo ME/EPP
95	RODO DE PLÁSTICO 40CM - Rodo de plástico, cepa de 40cm(c) especificação: cepa de plástico, com 2 borrachas de eva siliconada e flexível, cantos arredondados e abaulados, com encaixe rosqueável para cabo; cabo cilíndrico de	UNID.	950	13,33	12.663,50	Exclusivo ME/EPP

	madeira maciça resistente, revestido de plástico, de no mínimo 150cm(c) e fixado por rosca					
96	RODO DE PLÁSTICO 60CM - Rodo de plástico, cepa de 60cm , especificação: cepa de plástico com duas borrachas de EVA siliconada e flexível, cantos arredondados e abaulados, com encaixe rosqueável para cabo, cabo cilíndrico de madeira maciça, resistente, revestido de plástico de, no mínimo, 150cm e fixado com rosca	UNID	250	20,58	5.145,00	Exclusivo ME/EPP
97	RODO INDUSTRIAL 100CM - Rodo Industrial, 100cm, com de madeira reforçado	UNID	100	53,38	5.338,00	Exclusivo ME/EPP
98	SABÃO EM PÓ 500G - Sabão em pó para limpeza pesada, Composição: tensoativo, água, perfume, branqueador ótico e corante, biodegradável, aromatizado, na coloração azulada, acondicionado em embalagem plástica de 500g, incluindo rótulo com informações sobre o sabão em pó, fabricante e responsável técnico, registro no Ministério da Saúde ou Anvisa.	PCT	600	6,47	3.882,00	Exclusivo ME/EPP
99	SABÃO EM BARRA 200G - Sabão Glicerinado em tablete, peso líquido de 1 kg, sendo pacote de 05 unidades de 200 gramas cada, sabão a base de sebo bovino, hidróxido de sódio, glicerina, sequestrante, essência e água. com validade mínima de 12 meses, contados a partir da data de entrega do produto.	PCT COM 5UND	600	17,01	10.206,00	Exclusivo ME/EPP
100	SABONETE INFANTIL EM BARRA 80G - Sabonete infantil, em barra antiálgico para uso corporal, perfumado, dermatologicamente testado, 80gr	UNID	30	6,34	190,20	Exclusivo ME/EPP
101	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL 200ML - para banho (ph entre 5,5 a 8,5), embalados individualmente em fracos de 200 ml, hipoalergênico, atóxico, com perfume suave; dermatologicamente testado; embalagem contendo dados de identificação do produto (marca, prazo de validade, registro na anvisa/ministério da saúde), embalagem plástica resistente com cores atrativas;	UNID	350	22,05	7.717,50	Exclusivo ME/EPP
102	SABONETE LIQUIDO 5L - Sabonete líquido translúcido verde, de odor herbal, frasco de 5L. Data de validade, fabricação e lote expresso na embalagem	GALÃO 5L	20	26,19	523,80	Exclusivo ME/EPP
103	SABONETE LIQUIDO 1L - Sabonete Líquido, aspecto físico viscoso, com fragrância de coco ou erva-doce. Aplicação: para higienização e hidratação das mãos. Frasco de 1 litros . A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	LITRO	10	8,68	86,80	Exclusivo ME/EPP
104	SACO DE LIXO 200L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 12 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 200 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.	PCT	200	75,54	15.108,00	Exclusivo ME/EPP
105	SACO DE LIXO 100L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 10 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 100 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.	PCT	300	60,12	18.036,00	Exclusivo ME/EPP
106	SACO DE LIXO 60L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 8 micras de espessura por parede, na cor	PCT	300	36,36	10.908,00	Exclusivo ME/EPP

	preta, capacidades de 60 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.					
107	SACO DE LIXO 40L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 8 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 40 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.	PCT	300	27,70	8.310,00	Exclusivo ME/EPP
108	SACO DE LIXO 15L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 8 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 15 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Produzido em plásticos reciclados. Pacote com 100 unidades.	PCT	300	19,54	5.862,00	Exclusivo ME/EPP
109	SACO PARA CAHORRO QUENTE - Sacola para cachorro quente, pc com 100 und.	PCT	100	7,44	744,00	Exclusivo ME/EPP
110	SACOLA EM PLÁSTICO COM ALÇA (G) - Sacola Plástica Reforçada Branca Grossa com Alça, (G), Plástico Resistente	KG	100	17,99	1.799,00	Exclusivo ME/EPP
111	SACOLA EM PLÁSTICO COM ALÇA (M) - Sacola Plástica Reforçada Branca Grossa com Alça, (M), Plástico Resistente	KG	100	15,35	1.535,00	Exclusivo ME/EPP
112	SHAMPOO INFANTIL 400ML - Shampoo infantil, testado oftalmicamente e dermatologicamente, não irrita o couro cabeludo, suave para os olhos, livre de parabenos e corantes, ph balanceado, próprio para todos os tipos de cabelo, recipiente contendo 400ml	UNID	450	24,64	11.088,00	Exclusivo ME/EPP
113	SODA CAUSTICA - Soda Caustica em Escamas Composição Hidróxido de Sódio 96 -98%, Caixa Contendo 12 Potes Plásticos de 300g	POTE 300GR	80	13,91	1.112,80	Exclusivo ME/EPP
114	TAPETE - tapete fenice texturas 70x40cm (retangul) diagonal marrom cf-mp 05 brown/marron, Tipo de material Polipropileno (PP), Borracha	UNID	40	85,16	3.406,40	Exclusivo ME/EPP
115	TESOURA DE JARDIM 60CM - Tesoura de jardim para cerca viva - Tesourão De Poda Tipo Bypass, Cabo De Madeira 60 Cm, Material da lâmina Aço de alto carbono, - Lâminas em aço carbono especial temperado para um corte preciso e macio. - Cabos de madeira com 60 cm. - Eficiente para galhos com diâmetro até 35 mm. - Tecnologia Bypass (corte cruzado). Indicado para galhos verdes. Durante o corte, ocorre o cruzamento entre lâmina e contra-lâmina. Possibilita um corte preciso e sem rebarbas, que não deixa marcas no galho e facilita a cicatrização.	UNID	10	91,42	914,20	Exclusivo ME/EPP
116	TOUCA DESCARTÁVEL - Touca descartável material, tecido TNT, apresentação; com elástico nas extremidades sanfonada, formato: redonda e anatômica. Pct com 100 unds	PCT	200	15,14	3.028,00	Exclusivo ME/EPP
117	VASSOURA MULTIUSO - vassoura multiuso com cerdas sintéticas e 'pontas plumadas. Garantindo o máximo de eficiência em qualquer tipo de piso, tanto em áreas internas ou quanto externas. Suas cerdas agarram sujeiras como pelos, pó e farelos. Com medidas Comprimentos (cm) 6,50, Largura (cm) 30,00 Altura (cm) 133,00, peso médio (kg) 0,42. Composição pigmento, matéria sintética e metal.	UNID	100	20,90	2.090,00	Exclusivo ME/EPP

118	VASSOURA DE PALHA - Vassoura caipira com cabo, cerda de palha, cabo de madeira, medida de base 30cm com base de arame	UNID	60	26,00	1.560,00	Exclusivo ME/EPP
119	VASSOURA DE PÊLO - Vassoura de pelo sintético, cepa 30cm, base e cabo de madeira maciça, resistente, fixado por rosca, base com 1 furo para o cabo, com cantos arredondados e abaulados, alta concentração de cerdas nos tufo, cerdas 6,5cm, cabo cilíndrico plastificado de 150cm	UNID	60	16,76	1.005,60	Exclusivo ME/EPP
120	VASSOURA PIAÇAVA - Vassoura de piaçava, cabo de madeira, medida de base 20cm, base de madeira revestida de plástico.	UNID	60	15,51	930,60	Exclusivo ME/EPP
121	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXG - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 140 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES	PCT	120	131,99	15.838,80	Exclusivo ME/EPP
122	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XG - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 42 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES	PCT	400	87,88	35.152,00	Exclusivo ME/EPP
123	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA	PCT	200	69,75	13.950,00	Exclusivo ME/EPP

	FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 72 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES					
124	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 22 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES	PCT	20	49,59	991,80	Exclusivo ME/EPP
125	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL P - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 22 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES	PCT	30	24,99	749,70	Exclusivo ME/EPP

PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 36 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES					
VALOR TOTAL DO CERTAME					971.198,50

- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados dos a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.
 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Proposta de preços:

- 1.6 Os proponentes deverão apresentar proposta de preços contendo:
 1.7 Objeto, em descrição sucinta e clara;
 1.8 Planilha de Quantitativos, Especificações e Preços;
 1.9 Marca de cada produto;
 1.10 Preços unitários e totais em moeda corrente nacional, em algarismo com duas casas decimais após a vírgula e marca do item ofertado;
 1.11 Garantia, quando for o caso;

Condições de pagamento:

- 1.12 Declaração de que no preço ofertado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado, até a sua entrega definitiva;
 1.13 Prazo de validade da proposta, mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da apresentação da proposta;
 1.14 Assinatura do proponente.

1.1.1.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Para que o objeto da contratação seja contratado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021.
 4.2 A contratada deve cumprir as obrigações constantes, conforme:
 a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições;
 b) responsabilizar-se pelos danos correntes do objeto;
 c) entrega do objeto conforme a descrição;
 d) Não poderão ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor e com marca diferente da constante no termo de compromisso de fornecimento;
 e) O Prazo de entrega do objeto licitado deverá ser de até 03 (dias) dias corridos a contar da data de envio da Nota de Empenho.
 f) Os produtos deverão ser entregues conforme as necessidades da Secretaria Demandante, respeitando o horário das 8h às 13h.
 g) Especificações e quantidades:
 4.3 Possuir certidões válidas, conforme o §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.
 4.4 Para habilitação, a Contratada deverá cumprir o disposto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
 4.5 Atender às solicitações nos prazos estipulados em Contrato.

- 4.6 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento do objeto da contratação, tais como impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e deverá apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Fiscal do Contrato.
- 4.7 Manter durante toda a vigência do Contrato as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.
- 4.8 Cumprir o objeto do Contrato de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.
- 4.9 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.10 Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos à título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 A empresa vencedora dos itens terá como prazo de entrega de até 03 (três) dias corridos contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.
- 5.2 As entregas do objeto desta licitação deverão ser realizadas de acordo com o pedido da secretaria que informará o local na ordem de fornecimento, no horário das 08hs às 13hs, de segunda a sexta, exceto em feriados municipais, estaduais, nacionais e pontos facultativos, atendendo as especificações descritas na ordem de fornecimento.
- 5.3 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.
- 5.4 A Secretaria contratante formalizará a solicitação do fornecimento do objeto à Contratada por e-mail oficial informado no ato da assinatura do contrato, fazendo constar na solicitação: o quantitativo e o respectivo local de entrega.
- 5.5 Todas as entregas dos produtos e os seus descarregamentos do objeto serão de responsabilidade exclusiva do licitante vencedor, sem qualquer custo adicional posterior.
- 5.6 Nos casos em que for entregue os produtos em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Secretaria ou em quantidade inferior ao estabelecido à empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.7 As entregas poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério da secretaria demandante, se algum produto apresentar irregularidade.
- 5.8 A Secretaria contratante formalizará a solicitação do fornecimento do objeto à Contratada por e-mail oficial informado no ato da assinatura do contrato, fazendo constar na solicitação: o quantitativo e os respectivos locais de entrega.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
 - 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
 - 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
 - 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
 - 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- Fiscalização
- 6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Secretaria de Educação - Pollyanna Carolina Oliveira de Araújo

Secretaria de Assistência Social

Coordenadora do CCFV – Érica Paula Menezes Torres

Coordenadora do Bolsa Família – Rafaela Karolina da Silva Santana

Coordenadora da Mulher – Rosimeire Araújo Pereira

Coordenadora do CREAS Armando Timóteo – Andressa Karolyne de Lima

Coordenadora do CRAS – Inavuzza Maria Torres Vieira

Coordenadora do Centro de Convivência do Idoso – Josimere Gomes Vieira Farias

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16 O gestor do contrato que acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Gestor de Contrato da Educação: Adão Arnóbio de Araújo Lima

Gestor de Contrato da Assistência Social: Mirely Maria da Silva

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.11.1 o prazo de validade;
- 7.11.2 a data da emissão;
- 7.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.11.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.11.5 o valor a pagar; e
- 7.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.19 Prazo de pagamento.

7.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), pro rata, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.27 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.28 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.32 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1.2. 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, conforme Lei.



Forma de fornecimento

1.3. 8.2 O fornecimento do objeto ocorrerá de forma parcelada de acordo com o pedido emitido na ordem de fornecimento.

Exigências de habilitação

1.4. 8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.8 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.9 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.10 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.11 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.12 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.13 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.3.14 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.3.15 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.16 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.3.16.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.3.16.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.16.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.3.16.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.3.17 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos quais o licitante for declarado classificado.

8.3.18 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.3.19 Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha prestado serviço em características e quantidades com o objeto do Termo de Referência.

8.3.20 Serão considerados compatíveis com a quantidade os atestados que apresentar satisfatoriamente, o produto arrematado, compatível e pertinente com o objeto do Edital, devendo o atestado conter, além do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma que possa valer-se para manter contato com a empresa declarante ou órgão fornecedor, emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e assinados por quem tenha competência para expedir-los.

8.3.21 Não será aceito o Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa licitante.

8.3.22 Apresentar aptidão para desempenho da atividade detalhada do serviço proposto de maneira a demonstrar o completo atendimento às características constantes no Termo de Referência.

8.3.23 O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade.

9. DAS AMOSTRAS

9.1 Encerrada a fase de lances, ao licitante classificado em 1º Lugar nos itens, caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto aos padrões de qualidade, não possa ser aferida apenas pela análise das marcas na proposta de preços, o Pregoeiro provocado pela Secretaria demandante, **PODERÁ** apresentar as amostras dos itens, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da solicitação, devendo ser encaminhadas ao Setor de Licitações com sede a Rua 15 de novembro, 02 – Centro – Inajá/PE – CEP.: 56560-000 – no horário das 08:00 às 13:00 horas, onde serão remetidas à Secretaria de Educação, a fim de verificar a compatibilidade dos produtos ofertados e a qualidade dos mesmos, de acordo com as especificações do instrumento convocatório.

9.2 Caso o licitante não apresente as amostras no prazo estabelecido, a administração poderá convocar, para substituir a empresa inicialmente classificada em 1º lugar, as empresas remanescentes, respeitando a ordem de classificação.

9.3 A empresa detentora da melhor proposta deverá apresentar amostras dos produtos ofertados no prazo acima estabelecido, a contar da efetiva solicitação por parte do Pregoeiro.

9.4 Será desclassificada a proposta da empresa que tiver sua amostra rejeitada ou não a apresentar no prazo estabelecido.

- 9.5 A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste termo de referência.
- 9.6 As amostras devem ser encaminhadas através de documento redigido em papel timbrado e com carimbo da empresa licitante (Razão Social, CNPJ, Endereço) e deverão ser apresentadas em suas embalagens originais de fabricação, conforme o caso.
- 9.7 As amostras apresentadas deverão guardar total compatibilidade com as especificações discriminadas na proposta ofertada pela empresa participante no certame.
- 9.8 A data e local da realização dos procedimentos de avaliação das amostras será divulgada a todos os licitantes na sessão do processo ou, assim não ocorrendo, por meio de veiculação no Diário Oficial dos Municípios – AMUPE.
- 9.9 As amostras apresentadas deverão guardar total compatibilidade com as especificações discriminadas na proposta ofertada pelo licitante no certame.
- 9.10 As empresas que forneceram os itens objeto do Termo de Referência, para amostra, os mesmos ficarão em poder do Setor de Licitações, comprovando a autenticidade do solicitado, para serem analisadas que avaliará a quantidade e o atendimento às especificações requeridas no Edital, emitindo parecer aprovando ou contraindicando os itens apresentados.
- 9.11 Ao fim das avaliações, a secretaria emitirá relatório, com vistas a confirmar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do instrumento convocatório, podendo, caso entenda necessário, submeter às amostras à análise de Órgão oficiais (ex.: IMMETRO), às expensas do respectivo licitante, com o fito de melhor consubstanciar seu parecer a ser emitido pela área técnica.
- 9.12 Se não for aceita a amostra do primeiro colocado, deve ser exigido do segundo e assim sucessivamente até ser classificada uma empresa que atenda plenamente as exigências do ato convocatório.
- 9.13 No caso de empresas que tenham sede fora do Estado de Pernambuco, será considerado para atendimento aos prazos descritos no subitem 9.1, o dia da entrega das amostras no transportador, o qual, deverá ser comprovado por documento de despacho (romaneio de carga ou conhecimento de embarque) e respectiva nota fiscal dos produtos, desde que o prazo final de chegada até o endereço informado constante neste TR.
- 9.14 Será desclassificada a proposta da licitante que tiver sua amostra rejeitada ou não a apresentar no prazo estabelecido.
- 9.15 Após análise da amostra, a Secretaria de Educação emitirá parecer com vistas a confirmar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do instrumento convocatório.
- 9.16 Aprovadas as amostras, a proposta da empresa estará classificada.
- 9.17 **Os exemplares colocados à disposição da administração, serão tratados como protótipos podendo ser manuseados pela equipe responsável para análise, não gerando direito a ressarcimento.**

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.10 custo estimado total da contratação é de Valor **R\$ 971.198,50 (Novecentos e setenta e um mil cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 11.10 critério de julgamento da proposta é o menor preço POR KIT, admitindo-se como critérios de aceitabilidade preços compatíveis com os de mercado, desde que inferior ao orçado pela administração.
- a) As regras de desempate entre propostas serão as discriminadas no edital.
- b) O modo de disputa deverá ser o aberto modelo em que os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações disciplinadas no edital;
- c) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo).
- 11.12 Nas propostas de preços deverão estar inclusos os gastos com o frete, que deverão ser pagos pelo proponente vencedor.
- 11.13 A contratação do objeto da presente licitação será prestada diretamente pela empresa vencedora, vedada a cessão, a transferência ou a subcontratação, total ou parcial.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Inajá/PE.

12.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.122.0021.2032 0000 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.361.0021.2037.0000 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-RECURSOS PRÓPRIOS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.361.0022.2041.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CUSTEADAS PELO QSE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12 361 0022 2044 0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FNDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.365.0022.2047.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – REC PRÓPRIOS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.365.0022.2048.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FNDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.365.0022.2049.0000 MANUTENÇÃO DO EJA - REC PRÓPRIOS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.365.0022.2050.0000 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.361.0023.2051 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO A CARGO DO FUNDEB - 30%

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.122.0010.2085.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.031.0013.2088.0000 – MANUTENÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.031.0013.2091.0000 - MANUTENÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.122.0010.2093.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMAS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.241.0013.2096.0000 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONV. DA PESSOA IDOSA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.241.0013.2097.0000 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA SUAS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0008.2099.0000 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS/PBFI

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0008.2100.0000 – MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0009.2103.0000 – MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS/PAEFI

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0013.2106.0000 – MANUTENÇÃO DA CASA DAS JUVENTUDES

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0013.2107.0000 – IMPLANTAÇÃO DA COORDENADORIA DA MULHER

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0013.2108.0000 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0013.2109.0000 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO CADASTRO ÚNICO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

08.244.0014.2110.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – IGDBF

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

12.3A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

13.1 São obrigações do Contratante:

- 13.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 13.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 13.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 13.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.
- 13.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 13.1.7 Cientificar o setor competente, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 13.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 13.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 13.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 13.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

14.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 14.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 14.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 14.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 14.1.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

14.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

14.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

14.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

15. DA VIGÊNCIA

15.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21.

16. DO REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto do presente instrumento.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

18.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

18.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

18.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

18.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- 18.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 18.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “18.1.2”, “18.1.3” e “18.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “18.1.5”, “18.1.6”, “18.1.7” e “18.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas 18.1.2”, “18.1.3” e “18.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.2.4 Multa:
- 18.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 18.2.4.1.1 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 18.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritos nos subitens “18.1.5” a “18.1.8” do item 15.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
- 18.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem “18.1.3” do item 18.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 18.2.4.4 Para infração descrita no subitem “18.1.2” do item 18.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 18.2.4.5 Para infrações descritas no subitem “18.1.4” do item 18.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.
- 18.2.4.6 Para a infração descrita no subitem “18.1.1” do item 18.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 18.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 18.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 18.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.5.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 18.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 18.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 18.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 000/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM
ENTRE SI A _____, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E
.....

O MUNICÍPIO DE INAJÁ, Entidade de direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.106.219/0001-23, Entidade de direito Público, com sede localizada à Rua Cícero Torres, 118 – Centro – Inajá/PE - CEP 56.560-000, **por intermédio do(a) (órgão contratante)**, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) **(cargo e nome)**, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), **inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na**, doravante designado CONTRATADO, **neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico n./....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2 *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.3 *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4 *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar o setor competente, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.3 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “11.1.5”, “11.1.6”, “11.1.7” e “11.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 Multa:

11.6.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.6.2 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.6.3 Compensatória, para as infrações descritos nos subitens “11.1.5” a “11.1.8” do item 11.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

11.6.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem “11.1.3” do item 11.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

- 11.6.5 Para infração descrita no subitem “11.1.2” do item 11.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 11.6.6 Para infrações descritas no subitem “11.1.4” do item 11.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.
- 11.6.7 Para a infração descrita no subitem “11.1.1” do item 11.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 11.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.13 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.13.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.13.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.13.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.13.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 11.13.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.15 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.16 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.18 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.2O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.3A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 12.4Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.5O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.6Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.7A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.8Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.9O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.10 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.11 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.12 Indenizações e multas.
- 12.13 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.14 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município de Inajá deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 12.122.0021.2032 0000 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12.361.0021.2037.0000 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-RECURSOS PRÓPRIOS
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12.361.0022.2041.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CUSTEADAS PELO QSE
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12 361 0022 2044 0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FNDE
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12.365.0022.2047.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – REC PRÓPRIOS
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12.365.0022.2048.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FNDE
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12.365.0022.2049.0000 MANUTENÇÃO DO EJA - REC PROPRIOS
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12.365.0022.2050.0000 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO
- 12.361.0023.2051 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO A CARGO DO FUNDEB - 30%
- 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.122.0010.2085.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.031.0013.2088.0000 – MANUTENÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.031.0013.2091.0000 - MANUTENÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.122.0010.2093.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMAS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.241.0013.2096.0000 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONV. DA PESSOA IDOSA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.241.0013.2097.0000 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA SUAS
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0008.2099.0000 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS/PBFI
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0008.2100.0000 – MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0009.2103.0000 – MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS/PAEFI
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0013.2106.0000 – MANUTENÇÃO DA CASA DAS JUVENTUDES
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0013.2107.0000 – IMPLANTAÇÃO DA COORDENADORIA DA MULHER
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0013.2108.0000 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0013.2109.0000 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO CADASTRO ÚNICO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
08.244.0014.2110.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – IGDBF
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

13.2A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da comarca de Inajá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

....., de..... de 20.....

MUNICÍPIO DE INAJÁ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

P/ CONTRATANTE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

P/ CONTRATADA

TESTMUNHAS:

1. _____

CPF Nº

2. _____

CPF Nº

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 000/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/2026

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20...*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a(*nome do órgão*)....

3.2. Além do gerenciador, as Secretarias de serão órgãos participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
 - 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
 - 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE / FAX:

EMAIL:

Objeto: Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para aquisição de material de limpeza e higiene, com entrega parcelada, para atender as necessidades das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Inajá/PE, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	COTA
1	ÁCIDO MURIÁTICO - Ácido muriático- (ácido clorídrico) líquido, de alta concentração, destinado à limpeza e desinfecção de superfícies em ambientes industriais, comerciais e sanitários. Composição: À clorídrico (HCl) com concentração de 30% 37%. Volume de 1L. Embalagem: Recipiente plástico resistente a produtos químicos, com tampa segura para evitar vazamento	LITRO	100				Exclusivo ME/EPP
2	ÁGUA SANITÁRIA - Água Sanitária Aplicação Lavagem de Roupas e Banheiros, Embalagem de 1L	LITRO	3000				Exclusivo ME/EPP
3	ÁLCOOL ETÍLICO - Álcool Etílico com teor entre 70%, acondicionado garrafa 1L	LITRO	2000				Exclusivo ME/EPP
4	ALCOOL EM GEL - Alcool gel - gel à base de alcool para higienização, a 70% com ação antiséptica, sem enxagua. Composição: álcool etílico polímero, carboxílico neutralizante, umectante, conservante quelante e água deionizada. Prazo de validade: 24 meses a partir da data de fabricação. Embalagem 500ml	UND	40				Exclusivo ME/EPP
5	ALGODÃO EM BOLA - composto por fibras naturais, 100% hidrófilo, macio, absorvente em embalagem mínima de 100g; data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Pacote 100g	PCT	100				Exclusivo ME/EPP
6	AROMATIZADOR DE AMBIENTE - Aromatizador de ambiente, embalagem spray de 360 ml	UND	100				Exclusivo ME/EPP
7	AVENTAL TAMANHO G - Avental plástico confeccionado em lona costurado em linha 100% algodão com regulagem em tiras TAM G.	UND	60				Exclusivo ME/EPP
8	BACIA 11L - Bacia material plástico, capacidade 11L	UNID	40				Exclusivo ME/EPP
9	BACIA 50L - Bacia material plástico, capacidade 50L	UNID	40				Exclusivo ME/EPP
10	BACIA 100L - Bacia em material plástico, resistente, capacidade 100 litros	UNID	40				Exclusivo ME/EPP
11	BACIA EM MATERIAL PLÁSTICO, resistente, capacidade 20 litros.	UND	40				Exclusivo ME/EPP
12	BALDE 20L - Balde de plástico resistente, capacidade 20L	UNID	20				Exclusivo ME/EPP

13	BALDE 15L - Balde para uso geral de polipropileno com capacidade de 15 litros, alça metálica e bordas reforçada, cores variadas	UNID	20				Exclusivo ME/EPP
14	BICARBONATO DE SÓDIO - Bicarbonato de Sódio - pacote com 500g	PCT	100				Exclusivo ME/EPP
15	BICO DE MAMADEIRA - Bico de mamadeira, com formato anatômico, desenvolvido em silicone macio e flexível, transparente, inodoro e de fácil limpeza. Tamanho	UND	10				Exclusivo ME/EPP
16	BOBINA DE SACO PICOTADO 35X30 - Bobina de saco plástico picotada, para alimentos, de boa qualidade que atenda as necessidade do setor de merenda, material virgem, dimensões 35x30 cm, capacidade de 5kg, com mínimo por bobina de 2.600kg, 500 unidade de sacos plásticos cada	ROLO	30				Exclusivo ME/EPP
17	BOBINA DE SACO PICOTADO 30X40 - Bobina picotada de 4kg, 30x40 M - saco plástico, produzidos em polietileno, atóxico, inodoro e incolor, para conservação de alimentos e embalagem de pequenas peças	ROLO	30				Exclusivo ME/EPP
18	BORRIFADOR 500ML - Borrifador manual com pico dosador e capacidade para 500ml	UNID	60				Exclusivo ME/EPP
19	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS 24L - Caixa com tampa e travas, que mantém seus objetos seguros dentro do organizados, possui alças para facilitar o transporte, possibilita organização e armazenamento de item pequenos e médios, economiza espaço, alta durabilidade e resistência, material atóxico. Tamanho 24 litros.	UNID	40				Exclusivo ME/EPP
20	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS 13,50L - Caixa plástica, comprimento: 40x27x13cm, transparente com tampa e trava, tipo caixa organizadora, capacidade 13,50L	UNID	20				Exclusivo ME/EPP
21	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS 20L - Caixa plástica, comprimento: 487x331x196mm, transparente com tampa e trava, tipo caixa organizadora, capacidade 20L	UNID	1000				Exclusivo ME/EPP
22	CISCADOR - Ciscador manual de alta resistência, ideal para capinação, remoção de ervas daninhas e revolvimento do solo em jardins, hortas e pequenos cultivos. Material da Lâmina: A lâmina deve ser fabricada em aço carbono de alta resistência ou aço inox, com tratamento térmico para garantir durabilidade, resistência ao desgaste e boa capacidade de corte. Formato da Lâmina: Lâmina reta, curvada. Cabo 120cm e 22D.	UNID	20				Exclusivo ME/EPP
23	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - Colher descartável para refeição - pacote com 50 unidade	PCT	1000				Exclusivo ME/EPP
24	COLHER DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - Colher Descartável para sobremesa pacote com 50 und	PCT	1000				Exclusivo ME/EPP
25	COLÔNIA INFANTIL - Colônia infantil, dermatologicamente testado, possui fragrância suave e delicada, formulado pra minimizar riscos de reação alérgica, sem parabeno e ph balanceado, recipiente contendo 200ml	UNID	350				Exclusivo ME/EPP

26	CONDICIONADOR INFANTIL - indicado para enxaguar todos os tipos de cabelos, proporcionando brilho e maciez. Clinicamente testado, ph balanceado, não possui álcool, não irrita os olhos; dermatologicamente testado; embalagem: frasco plástico. Conteúdo mínimo de 400ml. Embalagem contendo dados de identificação do produto (marca, prazo de validade, registro na anvisa/ministério da saúde) embalagem plástica resistente com cores atrativas	UNID	50				Exclusivo ME/EPP
27	Hastes Flexíveis Dupla Face, embalagem com 75 unidades	CX	150				Exclusivo ME/EPP
28	COPO DESCARTÁVEL 180ML - Copo Descartável, Material Poliestireno, Capacidade 180ml. Aplicação: Água, Suco. Pacotes com 100 unid.	PCT	6000				Exclusivo ME/EPP
29	COPO DESCARTÁVEL 50ML - Copo Descartável, Material Poliestireno, Capacidade 50ml Aplicação: Café. Pacote com 100 Unidades.	PCT	1400				Exclusivo ME/EPP
30	CORDA DE NYLON 10M - Corda de nylon (nylon) para varal, pacote com 10 metros	PCT COM 10M	10				Exclusivo ME/EPP
31	CREME DENTAL INFANTIL - Com flúor; Embalagem em caixa individual com peso líquido no mínimo de 90g; Composição mínima de 1.100 PPM; Sabores sugeridos: tutti frutti, morango, Uva; Com aroma do sabor; - Ambos produtos devem conter registro na Anvisa/Ministério da Saúde	UNID	3350				Exclusivo ME/EPP
32	CREME PARA PENTEAR CABELO INFANTIL - embalagem com 300ml - sem enxague; para todos os tipos de cabelo; dermatologicamente testado; embalagem contendo dados de identificação do produto (marca, prazo de validade, registro na anvisa/ministério da saúde). Embalagem plástica resistente com cores atrativas	UNID	450				Exclusivo ME/EPP
33	DESENTUPIDOR DE PIA - Desentupidor de pia, base de borracha, cabo em madeira	UNID	20				Exclusivo ME/EPP
34	DESINFETANTE 500ML - Desinfetante composição do produto: ingrediente ativo, conservante, emulsificante, sequestrante, corretores de PH, solvente, óleo de pinho, corante, fragrância e veículo. Componente ativo: 0,09% de o-benzil p-clorofenol. 500ml	FRASCO	200				Exclusivo ME/EPP
35	DESIFETANTE 5L - Desinfetante de uso geral composição: cloreto de alquil amido propildimetilbenzil amônio, cloreto de didecildmetil amônio: 0,46%, tenso ativo não iônico, fragrância, corante, água, embalagem plástica de 5L	GALÃO 5L	1160				Exclusivo ME/EPP
36	DETERGENTE 500ML - Detergente líquido neutro, em frascos de 500ml, tensoativos aniônico, sequestrantes, conservantes, espessantes, coadjuvante, corante, fragrância e água. Componente ativo linear alquil benzeno sulfonato de sódio contendo tenso ativo biodegradável	FRASCO	11000				Exclusivo ME/EPP
37	DISPENSER PARA SABONETE 800ML - Dispenser para sabonete líquido 800ml - para fixação em parede (acompanhado de bucha e parafuso);	UNID	10				Exclusivo ME/EPP

	confeccionado em material plástico na cor branca; armazenamento em reservatório					
38	ESCOVA DE DENTES INFANTIL - Com cerdas de nylon macias, com 04 (quatro) fileiras de tufos, com no mínimo 28 tufos de cerdas aparadas e arredondadas uniformemente na mesma altura, com feixes de cerdas homogêneas; escova compacta; cores sortidas; cabo anatômico anatômico e emborrachado facilitando a empunhadura, medindo aproximadamente 15 cm a 18cm de comprimento; Deve possuir caixa plástica para proteção das cerdas; Possuir dados de identificação do produto, marca do fabricante impressas no corpo do produto	UNID	3250			Exclusivo ME/EPP
39	ESCOVA DE LIMPEZA PARA MAMADEIRAS 18CM - Escova limpeza mamadeiras, material corpo polietileno, material cerdas nylon, características adicionais cabo reforçado, atóxica e reutilizável, comprimento 18 cm, aplicação higienização/ limpeza interna de mamadeiras	UNID	30			Exclusivo ME/EPP
40	ESCOVA PARA BANHEIRO - Escova para banheiro - com suporte, com cerdas de nylon, cabo plástico utilizado para limpeza de vasos, medindo 30cm, na cor branca	UNID	60			Exclusivo ME/EPP
41	ESCOVA DE USO GERAL - Escova para limpeza geral - oval, base de madeira com cerdas nylon, sem alça. Comprimento 15,5cm, Largura 7cm. Indicação de uso. Limpeza pesada	UNID	100			Exclusivo ME/EPP
42	ESPANADOR DE PENA 50CM - Espanador de pena para limpeza de bancadas e escritórios. De 50cm.	UNID	40			Exclusivo ME/EPP
43	ESPONJA DE AÇO - Esponja de aço composto de aço carbono, Acondicionado em Fardo com 14 Pacotes com 8 unidades em cada .	FARDO	1000			Exclusivo ME/EPP
44	ESPONJA DUPLA FACE - Esponja Para Louça Dupla Face, Sendo Uma Face em Fibra Sintética e a Outra em Espuma, medindo Aprox. 110 x 75 x 20 mm, Não Tóxica. Embalagem com 5 unidades	PCT	1300			Exclusivo ME/EPP
45	FACA DESCARTÁVEL - Faca Descartável, refeição - pacote com 50 unidades	PCT	1000			Exclusivo ME/EPP
46	FLANELA 100% ALGODÃO - Flanela, 100% Algodão, 60x40 cm na cor vermelha	UNID	1300			Exclusivo ME/EPP
47	FÓSFORO - Fósforo confeccionado em madeira de 1ª qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6cm de comprimento total, acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos. Reembalados em pacotes com 10 caixas, de forma a garantir a integridade do produto até seu uso	MAÇO	300			Exclusivo ME/EPP
48	GAFO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - Garfo Descartável, refeição - pacote com 50 unidade	PCT	1000			Exclusivo ME/EPP
49	GARFO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - Garfos Descartável para sobremesa, pct com 50 und	PCT	1000			Exclusivo ME/EPP
50	GUARDANAPO DE PAPEL - Guardanapos de papel, branco, medindo 33x30 cm , boa capacidade de absorção, sem furos, materiais estranhos ou	PCT	800			Exclusivo ME/EPP

	sujeidades, embalados com pacotes plásticos com 50 unidade					
51	INSETICIDA - Inseticida para matar todo tipo de insetos, embalagem spray 360 ml.	UNID.	450			Exclusivo ME/EPP
52	KIT DE LIMPEZA - balde dobro 30L, cabo telescópio 1,40, garra euro plástica, refil loop cinta 320g, placa sinalizadora "piso molhado"	KIT	40			Exclusivo ME/EPP
53	LAVADOR DE VIDRO - Lavador de vidro tipo rodo. Rodo Combinado Limpa Vidros 45 Cm. Com Cabo De 80cm.	UNID	20			Exclusivo ME/EPP
54	LENÇOS UMEDECIDOS - Lenços umedecidos, pactes com 100 unid	PCT	480			Exclusivo ME/EPP
55	LIMPA VIDROS - Limpa Vidros, Indicado Para Limpeza de vidros em geral. Embalagem de 500ml	FRASCO	100			Exclusivo ME/EPP
56	LIMPADOR MULTIUSO - Limpador Multiuso Comp. Frasco de 500ml	FRASCO	200			Exclusivo ME/EPP
57	LIXEIRA DE PLÁSTICO 100L - Lixeira de plástico com capacidade 100L, com pedal	UNID	30			Exclusivo ME/EPP
58	LIXEIRA DE PLÁSTICO 30L - Lixeira de plástico com capacidade 30L, SEM pedal , na cor preta	UNID	30			Exclusivo ME/EPP
59	LIXEIRA COM PEDAL 30L - Lixeira de plástico com capacidade 30L, COM pedal , na cor preta.	UNID	30			Exclusivo ME/EPP
60	LIXEIRA COM PEDAL 50L - Lixeira de plástico com capacidade 50L, COM pedal , na cor preta.	UNID	30			Exclusivo ME/EPP
61	LIXEIRA TELADA 9L - Lixeira Plástica, sem tampo, capacidade 9Lt , telada para papel	UNID	370			Exclusivo ME/EPP
62	LIXEIRA COM TAMPA 100L - Lixeira Plástica Fechada, Com Tampa , Material Resistente, Capacidade Para 100 Litros	UNID	40			Exclusivo ME/EPP
63	LIXEIRA SEM TAMPA 15L - Lixeira Plástica, Sem Tampa, Capacidade Para 15 Litros .	UNID	30			Exclusivo ME/EPP
64	LUSTRA MÓVEIS 200ML - Lustra Móveis, Fragrâncias Variadas 200ml	FRASCO	760			Exclusivo ME/EPP
65	LUVA DE VINIL SEM PÓ - Luva de vinil sem pó, caixa com 100 unidade, tamanho a ser definido no pedido	CAIXA	10			Exclusivo ME/EPP
66	LUVA PARA LIMPEZA G - Luva para limpeza - luvas sanitárias, confeccionada em pvc, tamanho G , impermeável, cano longo na cor azul	PAR	120			Exclusivo ME/EPP
67	LUVA PARA LIMPEZA M - Luva para limpeza - luvas sanitárias, confeccionada em pvc, tamanho M , impermeável, cano longo na cor azul	PAR	120			Exclusivo ME/EPP
68	LUVA PARA LIMPEZA P - Luva para limpeza - luvas sanitárias, confeccionada em pvc, tamanho P , impermeável, cano longo na cor azul	PAR	120			Exclusivo ME/EPP
69	MAMADEIRA, TIPO CHUCA 80ML - Mamadeira em polipropileno resistente, tipo chuca, transparente, sem decoração, para uso em autoclave, tampa em polipropileno, bico ortodôntico autoclavável, graduada, capacidade de 80 ml	UNID	10			Exclusivo ME/EPP
70	MANGUEIRA PVC 50M - Mangueira com 50m de comprimento com 3 camadas distintas: a camada interna em PVC, a intermediária em poliéster trançado e a externa em PVC	UNID	10			Exclusivo ME/EPP
71	MÁSCARAS - Máscaras cirúrgicas em tecido tipo TNT de algodão, contendo 3 camadas e medidas padrões	CAIXA	40			Exclusivo ME/EPP

	para uso juvenil e adulto, preferencialmente na cor branca, caixa com 50 unidades					
72	MOP COMPLETO - Mop Pó Completo 80cm, com 01v cabo de alumínio dobrável, 01 armacação MOP 580cm PP, 01 refil MOP pó sintético azul 80cm com rotação 360 graus	KIT	20			Exclusivo ME/EPP
73	MULTI INSETICIDA 420ML - Multi Inseto, mata barata, formiga, mosca, com 420ml	UNID	60			Exclusivo ME/EPP
74	PEDRA DE NAFTALINA 25G - Pedra Naftalina 25g, Composição: Naftaleno refinado. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade na embalagem. Embalagem: Pacote com 12 unidades	PCT	100			Exclusivo ME/EPP
75	PÁ DE LIXO METAL 60CM - Pá De Lixo De Metal Com Cabo de madeira 60cm. Comprimento x Altura x Largura 19 cm x 60 cm x 16 cm	UNID	100			Exclusivo ME/EPP
76	PÁ DE LIXO EM PLÁSTICO 80CM - Pá de lixo em plástico, cabo de madeira com 80cm e dimensões mínimas de 20x20cm	UNID	180			Exclusivo ME/EPP
77	PANO DE CHÃO - Pano de chão grande confeccionado em tecido cru, tipo sacaria branca de açúcar, lavado e alvejado, com largura mínima de 45cm (por face). Comprimento mínimo de 74 cm, largura mínima da costura interna 0,5cm	UNID	400			Exclusivo ME/EPP
78	PANO DE COPA - Pano de copa e cozinha de algodão, medindo 40x60cm, branca e sem estampa	UNID	1150			Exclusivo ME/EPP
79	PAPEL ALUMÍNIO - Papel Alumínio medindo, 45cm x 7.5m - espessura de 0,11 micras apresentado em rolo embalagem contendo código de barras do fabricante	UNID.	200			Exclusivo ME/EPP
80	PAPEL FILME - Papel filme, material PVC - cloreto de polivinila, comprimento 300m, largura 29cm, apresentação em rolo, aplicação doméstica	UNID	200			Exclusivo ME/EPP
81	PAPEL HIGIÊNICO - Papel higiênico de alta qualidade - folha dupla, picotado, somente na cor branca, medindo 30 cm x 10 cm sem perfume, composto de 100% de celulose embalagem com boa visibilidade do produto microbiológico (dentro da validade) portaria 1480 de 31y12y90. FARDO COM 16 PACOTES COM 4 ROLOS DE 60 METROS.	FARDO	1275			COTA PRINCIPAL 75% - AMPLA PARTICIPAÇÃO
82	PAPEL HIGIÊNICO - Papel higiênico de alta qualidade - folha dupla, picotado, somente na cor branca, medindo 30 cm x 10 cm sem perfume, composto de 100% de celulose embalagem com boa visibilidade do produto microbiológico (dentro da validade) portaria 1480 de 31y12y90. FARDO COM 16 PACOTES COM 4 ROLOS DE 60 METROS.	FARDO	425			COTA RESERVADA 25% - DIRECIONADO A ME/EPP
83	PAPEL TOALHA PICOTADO ROLO 60 FOLHAS - Papel Toalha Folha Dupla Picotada, Branca, Papel de primeira Qualidade, Tamanho 22,5 x 21,5 com 60 Folhas, Pacote com 2 Rolos	PC COM 02 ROLOS	400			Exclusivo ME/EPP
84	Pastilha de Banheiro Adesiva para vaso sanitário na fragrância lavanda. Cx com 3 unds	Cx	1000			Exclusivo ME/EPP
85	PENTE DE CABELO - Pente de cabelo, material de plástico, modelo sem cabo, dentes finos, tamanho	UNID	40			Exclusivo ME/EPP

	grande, dentes próximos, finalidade: alisar os fios, dimensões 18cmx3mm					
86	POLIDOR DE ALUMÍNIO - Polidor para alumínio, líquido para alumínio e inox, composição: Tenso ativo não iônico, abrasivo, corante e água. Frasco contendo 500 ml com data de fabricação/ validade e registro do químico responsável.	UNID	3000			Exclusivo ME/EPP
87	POMADA DE ASSADURAS 60GR - Pomada para preservação de assaduras, produto deverá apresentar fórmula que proteja o bebê das assaduras, mantendo a hidratação natural da pele, através do estabelecimento de uma barreira mecânica entre a pele do bebê, a urina e as fezes, evitando que estas entrem em contato com a pele, causando assaduras. o produto deverá possuir cheiro agradável e ser fácil de espalhar e de remover. embalagem contendo no mínimo 60 gr. produto deverá ser dermatologicamente testado	UNID	180			Exclusivo ME/EPP
88	PORTA COPOS - Porta-copo com base e tampa superior removível construídos em chapa de aço inoxidável e corpo em aço inoxidável ou acetato, capacidade para 100 copos descartáveis de 180ml	UNID	20			Exclusivo ME/EPP
89	PRATO DESCARTÁVEL FUNDO - Prato descartável fundo, 12cm. Pacote com 10 unidades	PCT	700			Exclusivo ME/EPP
90	PRATO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - Pratos descartáveis para sobremesa grande, cor branco, tipo raso, capacidade: 150 mm, diâmetro: 150. Pacotes com 10 und.	PCT	700			Exclusivo ME/EPP
91	PRATO DE REFEIÇÃO DESCARTÁVEL 20CM - Pratos descartável, 20cm. Pacote com 10 unidades	PCT	1800			Exclusivo ME/EPP
92	PRENDEDOR DE ROUPA - Prendedor de roupa de madeira, cartela com 12 unidades	PCT	10			Exclusivo ME/EPP
93	REFIL MOP COM CINTA - Refil Loop com cinta 320g, para uso no MOP esfregão lava e seca	UND	4			Exclusivo ME/EPP
94	REFIL MOP PÓ COM ROTAÇÃO - Refil MOP po sintético azul 80cm com rotação 360 graus, para no MOP de po acima	UND	4			Exclusivo ME/EPP
95	RODO DE PLÁSTICO 40CM - Rodo de plástico, cepa de 40cm(c) especificação: cepa de plástico, com 2 borrachas de eva siliconada e flexível, cantos arredondados e abaulados, com encaixe rosqueável para cabo; cabo cilíndrico de madeira maciça resistente, revestido de plástico, de no mínimo 150cm(c) e fixado por rosca	UNID.	950			Exclusivo ME/EPP
96	RODO DE PLÁSTICO 60CM - Rodo de plástico, cepa de 60cm , especificação: cepa de plástico com duas borrachas de EVA siliconada e flexível, cantos arredondados e abaulados, com encaixe rosqueável para cabo, cabo cilíndrico de madeira maciça, resistente, revestido de plástico de, no mínimo, 150cm e fixado com rosca	UNID	250			Exclusivo ME/EPP
97	RODO INDUSTRIAL 100CM - Rodo Industrial, 100cm, com de madeira reforçado	UNID	100			Exclusivo ME/EPP
98	SABÃO EM PÓ 500G - Sabão em pó para limpeza pesada, Composição: tensoativo, água, perfume, branqueador ótico e corante, biodegradável,	PCT	600			Exclusivo ME/EPP

	aromatizado, na coloração azulada, acondicionado em embalagem plástica de 500g, incluindo rótulo com informações sobre o sabão em pó, fabricante e responsável técnico, registro no Ministério da Saúde ou Anvisa.						
99	SABÃO EM BARRA 200G - Sabão Glicerinado em tablete, peso líquido de 1 kg, sendo pacote de 05 unidades de 200 gramas cada, sabão a base de sebo bovino, hidróxido de sódio, glicerina, sequestrante, essência e água. com validade mínima de 12 meses, contados a partir da data de entrega do produto.	PCT COM 5UND	600				Exclusivo ME/EPP
100	SABONETE INFANTIL EM BARRA 80G - Sabonete infantil, em barra antiálgico para uso corporal, perfumado, dermatologicamente testado, 80gr	UNID	30				Exclusivo ME/EPP
101	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL 200ML - para banho (ph entre 5,5 a 8,5), embalados individualmente em frascos de 200 ml, hipoalergênico, atóxico, com perfume suave; dermatologicamente testado; embalagem contendo dados de identificação do produto (marca, prazo de validade, registro na anvisa/ministério da saúde), embalagem plástica resistente com cores atrativas;	UNID	350				Exclusivo ME/EPP
102	SABONETE LIQUIDO 5L - Sabonete líquido translúcido verde, de odor herbal, frasco de 5L. Data de validade, fabricação e lote expresso na embalagem	GALÃO 5L	20				Exclusivo ME/EPP
103	SABONETE LIQUIDO 1L - Sabonete Líquido, aspecto físico viscoso, com fragrância de coco ou erva-doce. Aplicação: para higienização e hidratação das mãos. Frasco de 1 litros. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	LITRO	10				Exclusivo ME/EPP
104	SACO DE LIXO 200L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 12 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 200 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.	PCT	200				Exclusivo ME/EPP
105	SACO DE LIXO 100L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 10 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 100 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.	PCT	300				Exclusivo ME/EPP
106	SACO DE LIXO 60L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 8 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 60 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.	PCT	300				Exclusivo ME/EPP

107	SACO DE LIXO 40L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 8 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 40 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Pacote com 100 unidades.	PCT	300				Exclusivo ME/EPP
108	SACO DE LIXO 15L - Saco para lixo preto, em alta densidade, resistente, com 8 micras de espessura por parede, na cor preta, capacidades de 15 litros , reforçado, com etiqueta de identificação do produto, marca do fabricante, dimensões e quantidade, de acordo com as normas da ABNT, O produto deverá ter registro do Inmetro. Produzido em plásticos reciclados. Pacote com 100 unidades.	PCT	300				Exclusivo ME/EPP
109	SACO PARA CAHORRO QUENTE - Sacola para cachorro quente, pc com 100 und.	PCT	100				Exclusivo ME/EPP
110	SACOLA EM PLÁSTICO COM ALÇA (G) - Sacola Plástica Reforçada Branca Grossa com Alça, (G), Plástico Resistente	KG	100				Exclusivo ME/EPP
111	SACOLA EM PLÁSTICO COM ALÇA (M) - Sacola Plástica Reforçada Branca Grossa com Alça, (M), Plástico Resistente	KG	100				Exclusivo ME/EPP
112	SHAMPOO INFANTIL 400ML - Shampoo infantil, testado oftalme e dermatologicamente, não irrita o couro cabeludo, suave para os olhos, livre de parabenos e corantes, ph balanceado, próprio para todos os tipos de cabelo, recipiente contendo 400ml	UNID	450				Exclusivo ME/EPP
113	SODA CAUSTICA - Soda Caustica em Escamas Composição Hidróxido de Sódio 96 -98%, Caixa Contendo 12 Potes Plásticos de 300g	POTE 300GR	80				Exclusivo ME/EPP
114	TAPETE - tapete fenice texturas 70x40cm (retangul) diagonal marrom cf-mp 05 brown/marron, Tipo de material Polipropileno (PP), Borracha	UNID	40				Exclusivo ME/EPP
115	TESOURA DE JARDIM 60CM - Tesoura de jardim para cerca viva - Tesourão De Poda Tipo Bypass, Cabo De Madeira 60 Cm, Material da lâmina Aço de alto carbono, - Lâminas em aço carbono especial temperado para um corte preciso e macio. - Cabos de madeira com 60 cm. - Eficiente para galhos com diâmetro até 35 mm. - Tecnologia Bypass (corte cruzado). Indicado para galhos verdes. Durante o corte, ocorre o cruzamento entre lâmina e contra-lâmina. Possibilita um corte preciso e sem rebarbas, que não deixa marcas no galho e facilita a cicatrização.	UNID	10				Exclusivo ME/EPP
116	TOUCA DESCARTÁVEL - Touca descartável material, tecido TNT, apresentação; com elástico nas extremidades sanfonada, formato: redonda e anatômica. Pct com 100 unds	PCT	200				Exclusivo ME/EPP
117	VASSOURA MULTIUSO - vassoura multiuso com cerdas sintéticas e 'pontas plumadas. Garantindo o máximo de eficiência em qualquer tipo de piso, tanto em áreas internas ou quanto externas. Suas cerdas	UNID	100				Exclusivo ME/EPP

	agarram sujeiras como pelos, pó e farelos. Com medidas Comprimentos (cm) 6,50, Largura (cm) 30,00 Altura (cm) 133,00, peso médio (kg) 0,42. Composição pigmento, matéria sintética e metal.					
118	VASSOURA DE PALHA - Vassoura caipira com cabo, cerda de palha, cabo de madeira, medida de base 30cm com base de arame	UNID	60			Exclusivo ME/EPP
119	VASSOURA DE PÊLO - Vassoura de pelo sintético, cepa 30cm, base e cabo de madeira maciça, resistente, fixado por rosca, base com 1 furo para o cabo, com cantos arredondados e abaulados, alta concentração de cerdas nos tufo, cerdas 6,5cm, cabo cilíndrico plastificado de 150cm	UNID	60			Exclusivo ME/EPP
120	VASSOURA PIAÇAVA - Vassoura de piaçava, cabo de madeira, medida de base 20cm, base de madeira revestida de plástico.	UNID	60			Exclusivo ME/EPP
121	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXG - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 140 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES	PCT	120			Exclusivo ME/EPP
122	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XG - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%,	PCT	400			Exclusivo ME/EPP

	POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 42 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES					
123	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 72 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES	PCT	200			Exclusivo ME/EPP
124	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 22 UNIDADES.	PCT	20			Exclusivo ME/EPP

	MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES					
125	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL P - DESENVOLVIDAS PARA USO DIA E NOITE, GARANTINDO MÁXIMO CUIDADO EM TODOS OS MOMENTOS, SISTEMA FÁCIL ABRE E FECHAR: FEITO COM VELCRO E ELÁSTICOS E SEM PONTOS DUROS. GARANTE TOTAL CONFORTO DURANTE SEUS MOVIMENTOS, POIS É FLEXÍVEL, COBERTURA INTERNA SUAVE, COM MATERIAL TIPO ALGODÃO E SUPERGEL, QUE GARANTE ATÉ 12 HORAS DE PROTEÇÃO, PERMITINDO O USO DURANTE O DIA E A NOITE. MATERIAL TIPO TECIDO, TOQUE SUAVE, MAIS MACIO E FLEXÍVEL. FRALDA TOTALMENTE RESPIRÁVEL, SUA EXCLUSIVA COBERTURA EXTERNA RESPIRÁVEL PERMITE QUE O AR PASSE E A URINA FIQUE RETIDA, DEIXANDO A PELE MUITO MAIS SAUDÁVEL. É COMPOSTA DE CELULOSE 34,0%, POLÍMERO SUPER - ABSORVENTE 25,7%, POLIPROPILENO 19,6%, POLIETILENO 14,8%, ELÁSTICO 1,7%, ADESIVOS 3,8%, PETROLATO, FRAGRÂNCIA, ALOE VERA E VITAMINA E 0,4%. PARA USO INFANTIL, NO TAMANHO XXG ACIMA DE 15 KG. DEVERÁ SER ACONDICIONADO/ENTREGUE EM PACOTE COM 36 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: TURMA DA MÔNICA, PAMPERS, HUGGIES	PCT	30			Exclusivo ME/EPP
VALOR TOTAL DO CERTAME						

Valor total global: R\$ _____ (_____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA Não inferior a 90 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____ de _____ de 2026

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2026

OBJETO: Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para aquisição de material de limpeza e higiene, com entrega parcelada, para atender as necessidades das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Inajá/PE, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.0 DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Bananeiras, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende as regras de acessibilidade previstas.

6.0 DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

7.0 Que não possui, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.0 Que se enquadra na condição de MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, constituídas na forma da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14/12/2006, que não incorre nos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que cumpre todas as condições estabelecidas no Instrumento de Contratação Direta.

Local e Data

NOME/ASSINATURA/CARGO Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente